



Goiânia, 06 de junho de 2017.

Relatório da Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, com a realização de Audiência Pública com os seguintes temas “Violência aos Moradores de Rua”, “Trabalho Escravo” e “Violência contra a Mulher”.



Em 06 de junho de 2017, na sala de reuniões das Comissões, Auditório Solon Amaral, foi realizada reunião da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – CDH, com o propósito de realizar Audiência Pública com os seguintes temas: 1) violência aos moradores de rua; 2) trabalho escravo; 3) violência contra a mulher.



A reunião, prevista para às 9h, teve seu início por volta das 9h30, não registrando a presença de nenhum membro da CDH, apenas do presidente da Comissão, o Deputado José Nelto (PMDB), registrando a presença do ilustre Deputado Wagner Siqueira (PMDB), que mesmo não sendo membro da CDH compareceu.

Em atenção às autoridades convidadas para discutir as temáticas propostas, bem como, de diversas entidades e cidadãos presentes, foi encerrada a reunião da CDH, por falta de quórum, seguindo os trabalhos com a realização da Audiência Pública, conforme previsto, que registrou a presença de 41 participantes.

Em seguida foi formada mesa com convidados para discutir os temas propostos, presidida pelo Deputado José Nelto, presidente da CDH, com a seguinte composição; Onaide Santillo, ex-Deputada Estadual, por três legislaturas, e Superintendente Executiva dos Direitos Humanos, da Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho do Estado de Goiás – Secretaria de Cidadania-GO; Filemon Pereira Miguel, Secretário Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia; Márcia Rabelo, Superintendente Substituta da Polícia Rodoviária Federal em Goiás (PRF-GO); Raquel Luiza Cardoso dos Reis e Silva, Presidente da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Goiás – COETRAE/GO; Paula Meotti, Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA.

Audiência pública teve como primeiro colaborador o presidente da CDH, Deputado José Nelto, que abordou panoramicamente a temática proposta, observando que essa era apenas a primeira audiência realizada, podendo outras serem realizadas com outros temas. Observou estar bastante preocupado com o crescimento da população em situação de rua em Goiânia e na região metropolitana, faltando-lhe de quase tudo, desde um local para realizar suas atividades mais fundamentais, como o prepara de alimentos e a higiene pessoal. Lamentou perceber que a violência contra a mulher também teria aumentado, observando a necessidade de fazer a legislação existente valer e ser respeitada. Sobre o trabalho escravo, observou ser inadmissível a existência da escravidão, ou trabalho análogo ao escravo, em pleno século XXI, por vezes havendo situações

em que seres humanos são submetidos a condições mais precárias que de animais.

Em seguida a palavra foi passada aos membros da mesa de discussão que por dez minutos, para que compartilhassem sua experiência e opinião com os presentes. A primeira participação foi da ex-Deputada Estadual e Superintendente Executiva dos Direitos Humanos, da Secretaria de Cidadania-GO, Onaide Santillo, que concentrou sua participação na temática relativa a violência contra mulher, observando que se trata de uma violência contra a família, comentando ações desenvolvidas pela Secretaria de Cidadania-GO, especialmente a patrulha Maria da Penha e do grupo reflexivo sobre a violência doméstica, observando a necessidade de combater as diversas formas de violência, bem como, a necessidade de estender o Juizado da Mulher.



A participação seguida foi de Filemon Pereira, Secretário Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia, que ressaltou o importante papel da CDH, comentou a necessidade da promoção de debates ligados aos Direitos Humanos e sugeriu vários temas para futuras audiências, a exemplo dos direitos da população LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), das pessoas com deficiências e dos povos indígenas. A sua participação concentrou-se na temática associada à exposição a violência



vivenciada pelas pessoas em situação de rua, mencionou que a Prefeitura de Goiânia estaria refletindo sobre essa questão, para conhecer o perfil da população em situação de rua da Capital, inclusive para evitar erros como os realizados recentemente na cracolândia pela prefeitura da cidade de São Paulo.

A palavra foi passada à Delegada Paula Meotti, titular da DPCA, que ressaltou a importância dos temas propostos, observando que devido sua experiência na área da proteção da criança e do adolescente comentaria mais sobre a violência contra a mulher e a população em situação de rua, realizando algumas considerações sobre a temática, ressaltou a necessidade de serem realizados estudos que orientem as políticas públicas. Lamentou o número de efetivos disponíveis à DPCA, argumentando que seu número deveria ser o dobro do atual. Concluiu comentando acreditar que, em sua opinião, uma sociedade civilizada seria aquela que o forte defenda o fraco e que deseja que cheguemos um dia a essa condição.

Em seguida, foi oportunizada a palavra à Márcia Rabelo, Superintendente Substituta da PRF-GO, que mencionou a dedicação e a preocupação da instituição que integra com os direitos humanos, mencionando inclusive prêmios recentes recebidos, a exemplo do Prêmio Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria segurança pública. Observou que as ofensas aos direitos humanos são fruto de uma sociedade desigual, havendo a necessidade de superar os entraves culturais que dão suporte às violações, deixando a PRF-GO aberta às parcerias que possam derivar da presente audiência.

Raquel Luiza Cardoso dos Reis e Silva, presidente da COETRAE/GO, fez uso da palavra em seguida, dedicando sua participação ao tema ligado ao trabalho escravo. Observou que a região Centro-Oeste sempre frequenta as primeiras posições em resgate de trabalhadores em condições análogas à escravo, notando o registro de casos em áreas urbanas, especialmente ligados à construção civil, atribuindo como motivo para essa exploração a desinformação dos trabalhadores. Foi defendida a adoção de legislações semelhante a algumas existentes no Estado de São Paulo que criem barreiras à empresas que pratiquem o trabalho escravo,

ressaltando que devido a condição vulnerável e desinformada dos trabalhadores acabam sendo novamente vítimas de exploração análoga à escravidão.

Ao final da fala da presidente da COETRAE/GO, o presidente da CDH, Deputado José Nelto, fez uso da palavra informando que solicitaria de imediato, ainda naquela manhã, a realização de estudo de viabilidade da legislação paulista mencionada e que apresentaria no Plenário da Assembleia Legislativa o quanto antes possível propositura semelhante, preferencialmente em nome da Comissão, pois entende que essa não deva ser conduzida de forma personalista. Observando que gostaria de contar com a participação de todos, se comprometeu a solicitar audiência com o Governador do Estado e com o Prefeito de Goiânia, caso seja necessário, não fazendo qualquer distinção política ou partidária.

Terminada a participação dos membros da mesa que iniciou o debate dos trabalhos, foi franqueada a palavra aos demais participantes da Audiência Pública, que poderiam fazer uso da palavra por até três minutos cada, havendo ampliação desse tempo caso necessário.



Fizeram uso da palavra quinze pessoas, a saber: Wagner Benevides Duarte, Presidente da FEAPAES - Federação das APAES do estado de Goiás; Mayk Diego Gomes da Glória, Presidente da Comissão Especial de Direitos Humanos do Conselho Estadual de Psicologia de Goiás; Djacy de Oliveira, Diretor



da Faculdade de Ciências Sociais-UFG e Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência – NECRIVI/UFG; Deodato Ferreira, Encarregado do Departamento de Saúde, e Meio Ambiente da FTIEG-GO; João Evangelista, identificou-se como crente da Assembleia de Deus e aposentado pelo Estado de Goiás; Maria Caroline Dias, Associação Especial de Direitos Humanos de Aparecida de Goiânia-GO; Rejane Silva Moraes, que justificou a ausência por compromisso anterior da Dra. Patrícia Otoni, Coordenadora do CAODH Ministério Público Estadual de Goiás; Ricardo de Oliveira, auditor fiscal do trabalho, MPT-GO; Estefânea Cheruli Fernandes, psicóloga CAPS Noroeste e Consultório de Rua de Anápolis; Eduardo de Matos, Movimento População de Rua em Goiás; Denizar de Oliveira, Educador Social do Movimento População de Rua em Goiás; Marta Maria Marcelino da Cruz, SINTEGO, Secretaria da Mulher; professora Jacira Gomes de Souza, professora Formadora da Gerencia de Ensino Especial representando a profa. Lorena, Gerente de Ensino Especial; Maria das Dores Dolly Soares, Conselheira, Centro de Valorização da Mulher; Aliciana Oliveira de Freitas, psicóloga da DPCA.

Entre as variadas participações, destacam os seguintes encaminhamentos/solicitações:

- Incluir os temas “violência contra a mulher no ambiente de trabalho” em próxima Audiência Pública, Mayk da Glória;
- Incluir a temática ligada à “população LGBT” em próxima Audiência Pública, Mayk da Glória;
- Propor projeto de lei que torne obrigatório o acompanhamento por psicólogos nas investigações das DEAMs e DPCAs, por servidores concursados e efetivos, Mayk da Glória;
- Necessidade de criar/fortalecer incentivos à pesquisa em Direitos Humanos em Goiás, Djacy de Oliveira;
- Necessidade de realizar levantamento e pesquisa antes da implementação de qualquer política pública, Djacy de Oliveira;
- Estabelecer acordos e intercâmbios entre UFG e Assembleia Legislativa no sentido de estimular pesquisas na ligada aos DHs, Djacy de Oliveria;
- Realizar pesquisa sobre trabalho escravo em Goiás, Deodato Ferreira;



- Convidou a todos para realizar vivência com pessoas em situação de rua, conhecer a situação da população de rua, João Evangelista;
- Busca de apoio público para a realização de pesquisa e diagnóstico sobre a população de rua na região metropolitana de Goiânia, Filemon Pereira;
- Necessidade de combater o subemprego entre os jovens, estimular projetos de inclusão dos jovens enquanto aprendiz, Caroline Dias;
- Estruturar/criar “casa de acolhida ao imigrante”, Caroline Dias;
- Estimular a criação de projetos de lei que combatam o trabalho escravo, Ricardo de Oliveira;
- Incluir temática “situação da mulher gestante em situação de rua” em próxima Audiência Pública, Estefânea Fernandes;
- Sugeriu adoção de política pública semelhante ao projeto “De Braços Abertos” da prefeitura de São Paulo, Estefânea Fernandes;
- Solicitou a formalização do Comitê de monitoramento das políticas para população em situação de rua do Estado de Goiás, Estefânea Fernandes;
- Incluir temática “a violência policial contra a população em situação de rua” em próxima Audiência Pública, Estefânea Fernandes;
- Reforçou a solicitação de formalizar o mais rápido possível o Comitê de monitoramento das políticas para população em situação de rua do Estado de Goiás, Eduardo de Matos;
- Solicitou que sejam consideradas as orientações legais em vigência nas políticas públicas que dizem respeito à população em situação de rua, especialmente o Decreto n. 7.053/09, Eduardo de Matos;
- Solicitar a presença do Secretário de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, para Audiência Pública que trate da questão da violência contra a mulher, Dolly Soares;
- Solicitou apoio da CDH para ampliar a capacidade do CEVAM em atender mais mulheres vítimas de violência, em pelo menos para mais 500 pessoas, Dolly Soares;
- Solicitar mais recursos e apoio às organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, especialmente no combate à violência contra a mulher, Dolly Soares;

- Solicitou que todos os participantes sejam convidados para as audiências públicas a serem agendadas com o Governador do Estado e com o Prefeito da Capital, João Evangelista;
- Solicitou meios para ampliação de ao menos mais dois profissionais do quadro de psicólogos da DPCA, Aliciana de Freitas;
- Solicitou a ampliação do quadro de servidores da DPCA, especialmente de psicólogos e assistentes sociais, Del. Paula Meotti.



Por fim, o presidente da CDH, Deputado José Nelto, agradeceu a presença de todos, reafirmando o compromisso da Comissão em defesa da vida e da educação, negando a opinião de que as entidades que atuam na defesa dos direitos humanos somente existam para “defender bandido”, observando que não se deve poupar esforços na defesa da vida, encerrando a audiência pública.



JOSE NELTO

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Direitos Humanos,
Cidadania e Legislação Participativa.